Notícias do dia 05 de fevereiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Alego revogará lei que eleva rigor no controle sobre TCE 3

JORNAL O HOJE - GO - ECONOMIA
TCE - GO
Economia visita Pará e conhece novo sistema de controle 5

CBN GOIÂNIA ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Alego deve regovar nesta semana lei que prevê julgamento de contas do TCE-GO por deputados
. 6

Alego revogará lei que eleva rigor no controle sobre TCE

Bruno Peixoto (UB), presidente da **Alego**: incentivada pelo governo, lei foi criada em meio à insatisfação com decisão do **TCE** (Wildes Barbosa)

A Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) revogará nesta semana a lei que estabeleceu o julgamento das contas do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**) por parte dos deputados, mas pedirá mais prazo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para construir novo texto sobre o tema. Os 30 dias estabelecidos pelo ministro do Supremo André Mendonça se esgotam nesta quinta-feira (7) e até a noite desta segunda (4) ainda não havia consenso sobre a redação.

Os presidentes da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), e do **TCE**-**GO**, **Saulo Mesquita**, se reuniram na tarde de segunda, quando houve o acerto sobre a resposta ao STF, segundo informação do deputado. O projeto de lei com a revogação da norma anterior deve ser apresentado nesta terça-feira na **Alego** pelo deputado Lincoln Tejota (UB), filho do **conselheiro** do **TCE**-**GO** e ex-deputado estadual **Sebastião Tejota**.

Mendonça havia estabelecido prazo de um mês para que os órgãos envolvidos na disputa judicial buscassem uma conciliação na ação direta de constitucionalidade (ADI nº 7581) protocolada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) contra a lei goiana criada em dezembro.

A norma foi criada especialmente por motivação política, incentivada pelo governo estadual em meio à insatisfação com a decisão do **TCE**-**GO** que anulou os chamamentos públicos para gestão de hospitais públicos. Conforme mostrou O POPULAR, na semana passada o tribunal reviu a decisão, em pedido de reexame protocolado pelo Estado, e passou a permitir a participação de organizações da sociedade civil (OSCs) nas seleções para cuidar das unidades de saúde.

Apesar do acerto entre governo e **TCE**-**GO** no caso dos chamamentos, segue o impasse sobre os termos da lei. O principal ponto de discórdia no novo texto é o "julgamento" das contas do tribunal.

A tramitação do processo no Supremo está suspensa e, caso não haja acordo, o ministro terá de julgar o mérito da ADI. Desde o dia 6 de fevereiro, quando houve a audiência de conciliação, representantes da **Alego** e do **TCE**-**GO** têm se reunido para buscar um acordo sobre o novo projeto de lei.

Segundo Bruno Peixoto, há concordância sobre cerca de dois terços dos artigos de nova proposta de lei. "Sobre o restante de um terço, precisamos de mais tempo para chegar a um consenso, mas estamos perto disso", afirmou o presidente, acrescentando que não há interesse das partes no julgamento por parte do Supremo por conta da incerteza sobre o que virá. "Se deixar para julgar lá, ninguém sabe qual será a conclusão, e ninguém quer isso. Melhor combinar uma saída. E será um texto balizador para todo o Brasil", diz.

A Atricon apresentou minuta com proposta de redação, que foi rejeitada pelos deputados e pelo governo estadual. Já o Legislativo finalizou uma outra minuta na semana passada, mas a Atricon segue resistindo ao julgamento das contas. Bruno Peixoto admite a possibilidade de usar um termo mais ameno, como "homologação" de parecer sobre as contas do tribunal na busca por consenso.

O deputado Talles Barreto (UB), autor da lei original e agora líder do Governo na **Alego**, reafirmou na última quinta-feira que considera difícil um acordo. Presente na audiência da conciliação do mês passado, ele disse considerar a posição da Atricon de intransigência, especialmente pela preocupação com os efeitos da lei nos outros Estados e até no Tribunal de Contas da União (TCU). Talles classificou como "totalmente inviável" a minuta apresentada pela entidade.

Além de Bruno, Talles e Saulo, participaram da audiência no Supremo o governador Ronaldo Caiado (UB) e o então presidente da Atricon, Cezar Miola, que agora foi sucedido por Edilson de Sousa Silva (**TCE**-RO).

A principal alegação da Atricon é de que os Estados devem seguir o modelo da União. O TCU envia relatórios de prestação de contas ao Congresso Nacional, mas sem apreciação por parte dos parlamentares. É o mesmo que ocorre atualmente também no **TCE**-**GO**, que já encaminha balanços trimestrais e anuais ao Legislativo.

O POPULAR buscou um posicionamento de Edilson

Silva e **Saulo Mesquita** sobre o andamento das conversas com a **Alego** e o final do prazo estabelecido por Mendonça, mas não houve resposta. Questionado sobre a possibilidade de a Atricon pedir ao Supremo o julgamento do mérito, diante da falta de consenso, Bruno Peixoto afirma não acreditar neste caminho porque "tudo está sendo dialogado".

Segundo o dirigente da **Alego**, há consenso sobre a "atuação fiscalizatória" da **Alego** e a respeito de prazos e acompanhamento das contas. Bruno já havia antecipado, desde a audiência no Supremo, a concordância em excluir do texto os trechos que tratam de penalidades contra o **TCE**-**GO** em caso de reprovação das contas ou ainda de atrasos na entrega de relatórios.

A ideia segue o que defendeu o procurador-geral da República, Paulo Gonet, em parecer na ADI. Ele considera que a **Alego** pode apreciar os balanços das contas do tribunal, conforme jurisprudência do próprio Supremo, mas que as sanções, multas e outros atos administrativos previstos na lei extrapolam as competências do Poder Legislativo.

Crise

Em dezembro, após a aprovação do projeto de lei, a Atricon e o **TCE**-**GO** divulgaram notas apontando retaliação política, tentativa de intimidação e interferência na autonomia do tribunal. O governador rebateu, afirmando que estavam sugerindo "picuinha institucional" que não existe e defendeu a lei, em petição ao Supremo.

Em 14 de dezembro, a maioria do **TCE**-**GO** (4 votos a 2) havia decidido pela ilegalidade e anulação dos chamamentos da Secretaria Estadual de Saúde para gestão em quatro hospitais (Hugo, Hemu, Herso e Heapa) por conta da participação de OSCs. Na mesma decisão, o tribunal recomendou que o governo estadual não assinasse termos de colaboração com esse tipo de entidade na área da saúde, sinalizando para posição contrária da maioria do tribunal ao contrato realizado entre o governo e a Fundação Pio XII, em dezembro de 2022, sem licitação nem chamamento, para construção e gestão por 12 anos do Complexo Oncológico de Referência (Cora).

Na semana passada, o **TCE**-**GO** julgou o pedido de reexame contra a decisão que anulou os chamamentos e o placar ficou 6 votos a 1 pela mudança de entendimento. Apenas o relator do processo anterior, **Edson Ferrari**, apresentou voto contrário.

O caso do Cora é apreciado em outro processo, que corre sob sigilo por determinação do relator - **Sebastião Tejota** -, e ainda não tem previsão de julgamento. Nos bastidores, a informação é de que governo e **TCE**-**GO** negociam uma saída - possivelmente um termo de ajustamento de conduta (TAC) - para considerar legal o contrato com a Pio XII.

Site: https://opopular.com.br/digital/05-marco-2024/1o-caderno

Economia visita Pará e conhece novo sistema de controle

A Subsecretaria do Tesouro Estadual e a Subsecretaria Central de Orçamento da Economia de **Goiás** fizeram na quinta (29/2) e na sexta-feira (1º) uma visita técnica à Secretaria da Fazenda do Estado do Pará. O objetivo da visita foi conhecer o novo Sistema de Administração Orçamentário, Financeiro e de Controle (Siafic) implantado pelo Pará em 2023.

Participaram da visita o superintendente Central de Contabilidade, Ricardo Rezende, o superintendente Financeiro, Marco Antônio Filho, a superintendente de Orçamento, Kellen Kris e o gerente de Elaboração e Revisão Orçamentária, Pedro Henrique Nogueira.

O Estado do Pará contratou a empresa Freebalance para desenvolver o novo Siafe-PA e realizar a transição do Siafem.

A troca de experiências é fundamental para o processo de evolução das práticas orçamentárias, financeiras e contábeis do Estado de **Goiás** e sua avaliação para atender recomendação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) no aprimoramento do Siafic do Estado.

A comitiva de **Goiás** foi recebida pelo secretário da Fazenda do Pará, Renê Júnior; pelo subsecretário do Tesouro Estadual, Lourival Barbalho Júnior; pelo diretor de Gestão Contábil e Fiscal, Paulo Roberto Paiva e demais servidores do Tesouro Estadual do Pará, que apresentaram o novo Siafe-PA e o seu processo de implantação.

(Especial para O Hoje)

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2024/03/Jornal-O-Hoje_2024_03_05.pdf

Alego deve regovar nesta semana lei que prevê julgamento de contas do TCE-GO por deputados

Em entrevista à CBN Goiânia, o presidente da **Assembleia Legislativa de Goiás**, o deputado estadual Bruno Peixoto, do União Brasil, disse que vai pedir prorrogação do prazo estabelecido pelo ministro do STF, André Mendonça, para buscar consenso sobre a lei que determina o julgamento de contas do **Tribunal de Contas do Estado** pelo legislativo estadual. O prazo de 30 dias havia sido estabelecido depois de uma ação direta de inconstitucionalidade protolocada pela Atricon, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, no Supremo.

Caso não haja a permissão do ministro para a ampliação do prazo, a revogação desta lei deve ocorrer até quinta-feira, quando o período se encerra, conforme afirmou Bruno Peixoto.

Por Fernanda Santos

Site: https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/cbn-goi%C3%A2nia-1.213644/alego-deve-regovar-nesta-semana-lei-que-prev%C3%AA-julgamento-de-contas-do-tce-go-por-deputados-1.2777462